

ENTRE A ESCUTA E A PALAVRA: ESCRIVIVÊNCIAS DE MULHERES NEGRAS EM ESPAÇOS DE PODER DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Beatriz Rodrigues Lino dos Santos ¹

Isis Lima da Silva ²

Marcos Lopes de Souza ³

NOSSAS VOZES, NOSSAS LUTAS

Essa escrita nasce do encontro entre duas mulheres negras que ocupam lugares de coordenação acadêmica na Faculdade Espírito Santo (FAES). A primeira autora é pedagoga, doutoranda em Educação Científica e Formação de Professores pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), coordenadora do curso de Pedagogia e professora da rede pública de Eunápolis; a segunda autora é psicóloga, professora do ensino superior, mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estado e Sociedade da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), coordenadora do curso de Psicologia e servidora pública do município de Porto Seguro, atuando há 21 anos no Centro de Atenção Psicossocial (CAPS). O terceiro autor deste trabalho é o professor de uma Instituição de Ensino Superior (IES) que está inserido no campo de discussão das questões de gênero, sexualidade e raça e orientador da pesquisa de doutoramento da primeira autora, uma das pessoas que mais contribuiu e ainda contribui para que mulheres negras olhem para si.

É importante afirmar que escrevemos a partir de um lugar de poder que, historicamente, foi negado às mulheres, mais ainda às negras. Para estarmos aqui, muitas outras mulheres antes de nós sofreram, resistiram e abriram caminhos, e porque acreditamos que nossas escrituras são importantes para compreender os desafios e as potências do nosso tempo (Conceição Evaristo, 2005). Iniciamos agradecendo a essas mulheres e as suas

¹ Pedagoga; Mestre e Doutoranda em Educação Científica e Formação de Professores pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. Docente e coordenadora do curso de Pedagogia da Faculdade Espírito Santo – FAES, e da Rede Municipal de Educação de Eunápolis. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Gêneros, Sexualidades e Relações Étnico-raciais (ACUENDAÇÕES). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Eunápolis, Bahia, Brasil, pedagoga.beatriz@gmail.com;

² Psicóloga formada pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB, Especialista em Saúde Pública pela Escola Estadual de Saúde Pública da Bahia - EESPB, Mestra em Estado e Sociedade, pela Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. Docente e coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade Espírito Santo – FAES. Eunápolis, Bahia, Brasil, isisls@hotmail.com;

³ Doutor em Educação pela UFSCar. Professor Pleno do Departamento de Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, campus de Jequié -BA, markuslopessouza@gmail.com.

(re)existências que nos fizeram chegar até aqui. Ao escrever, seremos lidas e com isso temos a esperança de alcançar outras mulheres negras, assim como fomos alcançadas.

Desta forma, a escrita autobiográfica que aqui propomos se ancora em perspectivas pós-estruturalistas e decoloniais, assumindo que narrar nossas histórias é gesto político, ato de memória e produção de saber insurgente (hooks, 1994; Kilomba, 2019). Nosso objetivo é entrelaçar educação e saúde como campos de enfrentamento, mas também como territórios de criação, resistência, persistência e esperança. E demonstrar como os nossos caminhos se cruzam, e como nos encontramos, mesmo em áreas diferentes.

ATRAVESSAMENTOS DE GÊNERO E RAÇA EM NOSSAS TRAJETÓRIAS

Nossas histórias são atravessadas por experiências de violência racial e de gênero em diferentes espaços, como na escola, clínica, faculdade e serviços públicos de saúde mental e educacional. Como nos lembra Sueli Carneiro (2023), o dispositivo de racialidade constrói o outro como não ser, legitimando a exclusão de corpos negros dos lugares de prestígio. Essa exclusão não se dá apenas pela ausência física, mas também pela tentativa constante de deslegitimar nossas competências, minimizar conquistas e questionar nossas presenças.

Lélia Gonzalez (1984) já apontava que o racismo e o sexismo estruturam a cultura brasileira e produzem efeitos violentos, especialmente sobre as mulheres negras. Esses efeitos se traduzem em falas que tentam nos desautorizar, olhares que nos reduzem, silêncios que nos isolam, microagressões que buscam nos lembrar constantemente de um lugar subalterno. Ao mesmo tempo, esses atravessamentos nos mobilizam a resistir, porque compreendemos que nossa existência já é um ato político. É nesse sentido que retomamos Frantz Fanon (2008), quando aponta que o racismo fere, paralisa e constrói marcas subjetivas, mas que ele também pode ser enfrentado pela consciência crítica que transforma dor em ação.

Neste sentido, assumir a escrita de si é prática de resistência e ruptura. Não é fácil rememorar aquilo que nos fere e nos machuca. Entretanto, a memória das feridas se torna também lugar de florescimento, porque ao narrá-las, nos recusamos ao silêncio e nos afirmamos como sujeitas do conhecimento, ainda que doa, florescemos. Como destaca Conceição Evaristo (2005), nossas escrevivências falam de nós, mas também das muitas mulheres negras que vieram antes e das que virão. Somos continuidade e desdobramento de lutas ancestrais e, cada linha que escrevemos é também um grito coletivo contra o apagamento, reafirmando que não existe neutralidade na ciência quando se trata de corpos racializados.

ENTRE A CRECHE, A CLÍNICA, A SAÚDE MENTAL E A FACULDADE

A educação, especificamente a infantil, bem como a psicologia se encontram em nosso fazer cotidiano, assim é importante dizer que a primeira autora é servidora pública e desempenha seu trabalho na educação infantil, enquanto a segunda autora exerce suas atividades no CAPS e é também uma servidora pública. Ambas lidam com o cuidado, a formação e a escuta. Ao mesmo tempo que a creche nos mostra os primeiros passos da socialização, a saúde mental nos apresenta os desdobramentos de uma sociedade que fere, adocece e exclui. Nesses espaços, ser mulher negra é lidar não apenas com os desafios institucionais, mas com a expectativa de que sejamos sempre resilientes, fortes e dispostas a cuidar, ao mesmo tempo em que enfrentamos o racismo institucional. O CAPS expõe de maneira aguda como raça, gênero e classe atravessam o sofrimento humano. E a creche também apresenta como esses marcadores se interseccionam.

A psicóloga negra, ao escutar, carrega também a memória das violências históricas que marcam o corpo negro e suas subjetividades. Ao tempo que também compreende a limitação em seu fazer, mas não existe limitação em sentir e ser. Na educação, a professora negra que atua com crianças pequenas precisa não apenas ensinar, mas resistir a currículos eurocentrados e abrir espaço para narrativas que acolham a diversidade. Olhar para uma criança e reencontrar-se enquanto criança, pois a primeira autora também é advinda de periferia, os questionamentos não se cessam ao pensar “e quando era comigo? E se essa criança só tiver a oportunidade de mudança aqui na creche?” Ou diversos outros questionamentos que ferem e, às vezes, matam. Atividades voltadas para a Consciência Negra são desenvolvidas em ambos os espaços só no mês de novembro, enquanto isso nos questionamos a invisibilidade durante todo o ano. Será que somos visíveis apenas no novembro Negro?

Assim sendo, educação e saúde se entrelaçam como territórios de cuidado, resistência e afirmação da vida, pois, o tempo todo, ser profissional diz muito em ser nós e manter muito de nós vivas e com menos feridas. Sueli Carneiro (2023) afirma que a luta para o reconhecimento das populações negras representa também uma disputa por humanização. A atuação da Psicologia não pode se furtar a esse compromisso ético e político, que, no nosso caso, perpassa pelo próprio existir.

Nossos lugares de atuação são múltiplos e desafiadores. A educação e a saúde pública nos situam em territórios onde as desigualdades sociais e raciais se revelam de modo

contundente. O CAPS, como espaço de cuidado em saúde mental, nos mostra cotidianamente o quanto os marcadores de raça, gênero e classe atravessam a vida das pessoas, exigindo práticas de escuta, acolhimento e resistência. A atuação da psicóloga há mais de vinte anos, nesse espaço, é também um testemunho da persistência das mulheres negras na luta por políticas públicas de saúde efetivas e humanizadas. Se deparar com uma clínica majoritariamente negra revela camadas de uma sociedade racista que colabora para um maior adoecimento, principalmente de mulheres negras, revela a desigualdade, mas provoca a responsabilidade de uma Psicologia comprometida socialmente, acolhedora e disposta a colaborar para ruptura de ciclos de violências que essas mulheres experimentam.

Constatamos que, nas atitudes de alguns sujeitos dentro da faculdade, persistem práticas que reproduzem epistemologias racistas e sexistas, as quais historicamente buscaram marginalizar o saber negro e deslegitimar a presença de mulheres em espaços de poder. Mesmo quando nossas trajetórias demonstram competência e legitimidade, ainda somos atravessadas por olhares e discursos que insistem em questionar nosso pertencimento. A Pedagogia e a Psicologia, como campos de saber, nos desafiam a articular teoria e prática, prática e teoria a todo instante, de modo crítico, reconhecendo que as experiências de mulheres negras não são marginais, mas centrais para pensar a educação e a saúde.

Assim sendo, habitar a creche, a clínica, o CAPS e a faculdade é fazer coexistir diferentes territórios de saber e poder. É reafirmar que a experiência cotidiana também é fonte de produção científica, como defendem hooks (1994) e Kilomba (2019). Essas mulheres buscam a todo instante tensionar o mito da neutralidade acadêmica e mostrar que nossas práticas de gestão são atravessadas por raça, gênero e classe e tantos outros marcadores de opressão. Nesse sentido, suas atuações revelam que o conhecimento não é neutro: tem cor, tem gênero, tem território e precisa se abrir para epistemologias insurgentes.

OCUPAR OS ESPAÇOS DE PODER COMO RESISTÊNCIA

Assumir a coordenação de cursos no nível superior como mulheres negras é gesto insurgente. Historicamente, o poder acadêmico esteve reservado a homens cisgêneros brancos. Observamos constantemente homens brancos em cargos de comando, principalmente em espaços que são de escolha da direção geral, em IES privadas. Quando percebemos que existem duas mulheres negras em espaços de poder, compreendemos que estar nesses lugares significa desnaturalizar hierarquias, evidenciar o racismo estrutural e afirmar que o poder também nos pertence. Ao coordenarmos os cursos de Pedagogia e Psicologia numa instituição

privada, reafirmamos que a liderança acadêmica não pode ser monopólio de poucos, mas deve refletir a diversidade de sujeitos que constroem o conhecimento.

As violências que atravessam nossas trajetórias nesse espaço não se manifestam apenas em falas explícitas, mas também no silenciamento de nossas vozes, na necessidade constante de reafirmação de nossas competências e na desconfiança lançada sobre nosso discernimento. Muitas vezes, ao nos posicionarmos quando necessário, somos interpretadas como mulheres violentas, revelando quanto o sexismo e o racismo estruturam as relações institucionais. O silêncio de alguns/algumas colegas e as rupturas provocadas no processo evidenciam que, por sermos mulheres negras em lugares de poder, nossa presença e resistência incomodam e desestabilizam lógicas hegemônicas.

Ainda assim, cada reunião, cada decisão e cada ato de coordenação reafirmam a legitimidade de nossas presenças. Somos desobediência epistêmica, como defendem autoras decoloniais, pois ousamos romper com o pacto da branquitude que insiste em controlar os espaços acadêmicos, de saúde e educação.

O apoio institucional, sobretudo da direção geral e acadêmica da IES, legitima nossas ações, mas não elimina os enfrentamentos cotidianos. Como afirma Angela Davis (2016), a luta das mulheres negras, quando articulada à consciência histórica, é capaz de transformar estruturas sociais. É essa consciência que nos sustenta diante das tentativas de deslegitimação, reafirmando que o lugar da mulher negra é onde ela quiser. Nossa atuação revela que não estamos apenas em cargos administrativos, mas escrevendo nossas histórias como parte de uma luta maior pela democratização do saber e do poder. É por isso que nossas experiências precisam ser narradas, pois, ao contarmos nossas histórias, desafiamos a lógica que sempre tentou nos silenciar. O desejo aqui é contar diversos enfrentamentos, violências, superações e (re)existências que nos tocam cotidianamente.

A CONTINUIDADE DA CAMINHADA

Não temos pretensão em encerrar este escrito definitivamente. Como lembra Grada Kilomba (2019), as memórias coloniais são feridas abertas que exigem resistência constante. Por isso, escrevemos em reticências: nossas vozes ecoam não só por nós, mas pelas muitas mulheres que nos antecederam e por tantas outras que nos sucederão.

Ocupar espaços de poder como mulheres negras é tarefa que fere e fortalece. É ferida, é flor. É um exercício de dor e esperança, de enfrentamento e criação. Nossas escrituras se tornam sementes para outras, lembrando que a luta pela equidade de gênero e raça no

espaço acadêmico e na sociedade é um processo contínuo de resistência, reexistência e transformação. Quando trabalhamos e estudamos também lutando e incentivando tantas outras mulheres negras, assim como neste mesmo processo fomos incentivadas.

Deste modo, ao mesmo tempo em que escrevemos sobre nossas trajetórias, projetamos futuros possíveis. Desejamos que outras mulheres negras possam ocupar cargos de coordenação, direção e reitoria, sem que isso seja exceção ou motivo de disputa entre nós. Por isso, seguimos persistentemente reexistindo por meio de nossas lutas, escritas e estudos, para que nossas alunas se inspirem cotidianamente. Afinal, compreendemos a importância do caminho, da continuidade e a certeza de que estamos aqui porque muitas outras mulheres já foram silenciadas.

Temos a esperança de que nossas vozes abram caminhos, que nossos corpos marquem presença e que nossas narrativas inspirem mudanças. Seguimos em movimento, com consciência de que cada conquista é parte de uma luta maior. E, como nos ensina Conceição Evaristo, nossas escritivências não se encerram em narrativas pessoais, mas se expandem em um gesto coletivo de memória e de futuro. Escrevemos porque existimos, resistimos porque escrevemos, e seguimos porque acreditamos que ocupar o poder é também transformar a sociedade.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade:** a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Escritivências:** a escrita de nós. Belo Horizonte: Nandyala, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** Salvador: EdUFBA, 2008.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, São Paulo, p. 223-244, 1984.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir:** a educação como prática da liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação:** episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.